

# RELATÓRIO 77 *ipea*



## **Instituto de Planejamento Econômico e Social**

**Presidente do Conselho de Administração**  
João Paulo dos Reis Velloso

**Presidente**  
Élcio Costa Couto  
**Gabinete da Presidência**  
**Chefe do Gabinete**  
Cid Ferreira Lopes Filho

### **IPLAN**

#### **Instituto de Planejamento**

**Superintendente**  
Roberto Calvaceanti de Albuquerque  
**Superintendente-Adjunto**  
Cloraldino Soares Severo

### **INPES**

#### **Instituto de Pesquisas**

**Superintendente**  
Hamilton Carvalho Tolosa  
**Superintendente-Adjunto**  
Fernando Antonio Rezende da Silva

### **INOR**

#### **Instituto de Programação e Orçamento**

**Diretor-Geral**  
Antonio Alves de Oliveira Neto  
**Diretor de Programação**  
Antonio Augusto de Oliveira Amado  
**Diretor de Orçamento**  
Luiz Carlos Carneiro da Paixão

### **CENDEC**

#### **Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico**

**Diretor**  
Jayme Costa Santiago  
**Diretor-Adjunto**  
Hélio João Soares

# RELATÓRIO 77IDEA

Ex.<sup>mo</sup> Sr.  
Doutor JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO  
DD. Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da  
Presidência da República e  
Presidente do Conselho de Administração do Instituto  
de Planejamento Econômico e Social – IPEA

Senhor Ministro:

Dirijo-me a Vossa Excelência com o objetivo de submeter a sua apreciação, e posterior avaliação do Conselho de Administração do IPEA, o relatório de atividades desenvolvidas por este órgão durante 1977.

Ano de vicissitudes no contexto da continuada marcha do desenvolvimento nacional, especialmente no tocante à readequação dos programas de Governo às contingências da política de combate inflacionário e de reequilíbrio do Balanço de Pagamentos, 1977 exigiu do IPEA prova de maturidade técnica e institucional invejável: instrumentalizar as novas diretrizes de forma a minimizar seus impactos negativos sobre os imperativos maiores do II Plano Nacional de Desenvolvimento, conseguindo manter, embora desativado, o ritmo de crescimento da economia com uma oferta crescente de empregos paralelamente aos desígnios das políticas de desenvolvimento social e de reordenamento territorial do País.

Ao mesmo tempo, mas não em menor importância, coube também ao IPEA agilizar e auxiliar na coordenação do processo decisório nas várias áreas do Governo Federal através de uma ação abrangente, envolvendo não apenas a concepção da elaboração de projetos, mas a sua adequada articulação, tanto na fase de criação como de implementação.

O ano de 1977 foi importante na consolidação da função coordenadora atribuída à SEPLAN — e, através desta, ao IPEA — em sua evolução institucional, merecê dos avanços trazidos com o Decreto n.º 70.852, de 20 de julho de 1972, na sistemática de acompanhamento dos Planos de Desenvolvimento, e do Decreto n.º 75.370, de 13 de fevereiro de 1975, que o apropriou aos Programas Especiais de interesse prioritário às diretrizes do Governo. Assim, completou-se o ciclo de realimentação do planejamento como processo, comparecendo o IPEA como seu vetor básico de consciência, centro de irradiação inovadora e de coordenação.

É exatamente esse posicionamento institucional do IPEA no sistema de planejamento que o credencia para formular e fornecer as alternativas que permitirão definir os rumos da política econômica no futuro e a forma de implementá-los. E, aqui, como na sociedade brasileira, as questões são:

- a) como assegurar um máximo de abertura e desconcentração social e territorial da renda nacional, sem prejuízo do processo de crescimento;
- b) como garantir, através desse processo, um máximo de integração no mercado mundial, com o mínimo de dependência;
- c) como incorporar os agentes sociais ao esforço do Governo no processo de planejamento, de forma a legitimar crescentemente a sua ação através do consenso público e privado, sem prejudicar a eficácia conquistada; e
- d) como harmonizar o saber e o poder, de forma a alcançar níveis cada vez mais elevados de racionalização na aplicação dos recursos disponíveis do País, na consonância com interesses igualmente válidos e importantes da administração e da política, do esforço racional e do impulso intuitivo, principais sustentáculos da existência do homem em permanente descoberta.

Apresento a Vossa Excelência as minhas expressões de consideração e apreço.

Brasília, 07 de abril de 1978.



Elcio Costa Couto, Presidente

# IPLAN

Ao Instituto de Planejamento cabe a tarefa de acompanhar os Programas Especiais do Governo Federal, os Planos Nacionais de Desenvolvimento e, também, fornecer apoio técnico às atividades da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

O IPLAN é, na verdade, a central nervosa do sistema de planejamento do País, pois enquanto se envolve com outros órgãos da administração pública, analisando cotidianamente os resultados dos esforços por ela empreendidos nas mais diversas áreas, atuando em Comissões, Grupos de Trabalho ou Conselhos, não deixa de lado, por exemplo, a tarefa de realizar estudos que, a curto e médio prazos, viabilizam a ação planejadora do Governo.

## PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PLANOS E PROGRAMAS E NA ELABORAÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO, DESTACANDO-SE OS SEGUINTE PROGRAMAS DE ESTUDOS

Programa de Acompanhamento da Execução do II PND; Programa de Pólos

Agropecuários e Agrominerais da Amazônia — POLAMAZÔNIA; Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste — POLONORDESTE; Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLOCENTRO; Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal; Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília; Programa Especial do Norte Fluminense; Programa Especial da Região da Grande Dourados; Programa de Promoção de Oportunidades de Investimentos no Nordeste; Projeto de Estudos para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai; Programa de Incentivos à Produção de Borracha Vegetal — PROBOR; Pesquisas sobre Desigualdades Regionais do Desenvolvimento Brasileiro; Complexo Industrial e Portuário de Suape; Complexo Químico-Metalúrgico do Rio Grande do Norte; Complexo Cloroquímico de Alagoas; Plano Siderúrgico Nacional; Programa de Expansão da Indústria Petroquímica; Programa Nacional de Fertilizantes; Programa Nacional de Desenvolvimento da Indústria

de Metais Não-Ferrosos; II Pólo Petroquímico; Complexo Carboquímico de Imbituba; Programa Nacional de Defensivos Agrícolas; Complexo Industrial Integrado de Base de Sergipe; Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN; Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento no Nordeste; Programa de Incentivos Fiscais ao Treinamento de Mão-de-Obra; Serviço Nacional de Formação Profissional Rural — SENAR; Plano de Localização de Unidades de Sergipe — PLUS; Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos — CSU; Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

#### ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES

##### Superintendência Adjunta SAD

Supervisão de gestão dos seguintes convênios: IPEA/FIDE, para realização da pesquisa “A Nova Estrutura Industrial e seus Efeitos sobre a Demanda de Importações”; IPEA/Fundação João Pinheiro, para realização do “Estudo sobre Proteção e Defesa do Consumidor no Brasil”; IPEA/UnB, para realização da pesquisa “Integração Regional

Latino-Americana e o Desenvolvimento Industrial Brasileiro”; administração do Convênio, por parte do IPEA, com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) para assessoramento nas áreas de capacitação de recursos humanos e modelos no campo do desenvolvimento econômico global e do desenvolvimento regional e urbano; coordenação e supervisão do Programa de Treinamento de Pessoal do IPLAN; coordenação do Programa de Financiamento de Teses; elaboração dos estudos “Emprego e Investimentos em Obras Públicas de Construção Pesada no Ano de 1977”, “A Situação da Construção Pesada — Perspectivas para o Ano de 1977” e “Proposta de um Novo Sistema de Pagamento de Obras Públicas”; e medidas visando à Racionalização do Consumo de Combustível.

### **Assessoria da Superintendência AS**

Supervisão, em articulação com os Coordenadores de Planejamento Regional e Setorial, das atividades relativas à coordenação e acompanhamento dos programas especiais de desenvolvimento regional; redação final dos relatórios de acompanhamento da execução do II PND; elaboração de relatórios sobre a economia brasileira para a ONU, OEA e ILPES; e no âmbito da Unidade Produtora de Informações, vinculada à AS, além de trabalhos de análise e programação, foram efetuados diversos cálculos para atender a diferentes setores do IPLAN.

### **Coordenadoria de Planejamento Geral – CPG**

Elaboração dos seguintes estudos: “Incentivos às Exportações no Brasil: Uma Tentativa de Quantificação”; “Encargos Sociais e Incentivos Fiscais às Exportações”; “Brasil: Evolução dos Dispendios e Saúde (atualização do trabalho)”; “Financiamento dos Investimentos no Brasil (em

fase inicial)”; “Estrutura das Receitas e Despesas do Governo, 1974/1975”; “Avaliação da Política Econômico-Financeira do Governo Federal (exercício 1976)”; “INPS: Composição das Receitas e Despesas por Unidade da Federação (atualização do trabalho)”; “Vinculação da Receita Federal: Transferências da União aos Estados — 1969 a 1976”; “Análise da Arrecadação dos Tributos Federais nos Novos Estados de Mato Grosso e Campo Grande nos Anos de 1974 e 1975”; “Análise Macroeconômica da Evolução dos Investimentos e seus Financiamentos”; “Estudo sobre a Pesquisa Conjuntural do Comércio de São Paulo (da Federação do Comércio de São Paulo)”; “Modelo Macroeconômico para Simulações do Setor Externo da Economia”; “Reformulação do Modelo Macroeconômico para a Economia Brasileira (com vistas às novas estatísticas de Contas Nacionais da FGV) e para uma Estratégia Macroeconômica (perspectivas da economia brasileira até 1985)”; levantamento sistemático de estatísticas básicas que resulta, mensalmente, nos documentos “Síntese Estatística” e “Conjuntura em Gráficos”; elaboração de cálculos e tabela de dados como subsídios aos



conflitos coletivos e ao CNPS  
e para fixação do coeficiente  
das ORTN; elaboração das  
tabelas dos índices de correção  
mensal, trimestral e anual,  
desenvolvimento de novos  
modelos de portarias e  
respectivas tabelas de índices  
aplicáveis à correção do  
capital de giro das empresas;  
e reformulação das sistemáticas  
de informações para o  
acompanhamento de planos na  
área do apoio financeiro oficial.

#### **Coordenadoria de Planejamento Regional – CPR**

Elaboração dos documentos  
visando a fornecer subsídios  
à criação do Estado de Mato  
Grosso do Sul; exame das  
propostas de orçamento do  
FISSET, do FINOR e do FINAM;  
participação na elaboração da  
programação financeira do PIN  
e do PROTERRA; participação  
na proposta de aplicação de  
recursos da União no Programa  
de Obras do Vale do Rio  
Capibaribe, e de Programa de  
Colonização da Amazônia;

coordenação dos Grupos  
Especiais de Coordenação e  
Acompanhamento do Programa  
de Promoção de Oportunidades  
de Investimentos do Nordeste,  
do POLONORDESTE, do  
POLAMAZÔNIA, do PRODEPAN,  
Agroindústria, Sertanejo, Norte  
Fluminense e Região  
Goeconômica de Brasília.

#### **Coordenadoria de Planejamento Setorial – CPS**

Elaboração do documento  
“Projeções da Indústria de  
Transformação para o  
Período 1978/1985 (versão  
preliminar)”; supervisão das  
pesquisas ALALC: “Avaliação  
e Perspectivas” (realizada pela  
Universidade de Brasília) e “A  
Nova Estrutura Industrial e seus  
Efeitos sobre as Importações”  
(em desenvolvimento pela FIPE);  
coordenação do Grupo  
Interministerial que examinou  
a viabilidade técnica, econômica  
e financeira do Complexo  
Industrial e Portuário de Suape;  
conclusão do estudo “Transporte  
Aéreo de Carga nas Linhas  
Domésticas”; prosseguimento da  
elaboração de trabalho sobre  
saneamento básico no Brasil;  
acompanhamento, em conjunto

com a SIDERBRÁS. do "Estudo de Transporte para Siderurgia"; elaboração dos trabalhos: "Notas sobre Tendência da Construção de Habitações" e "As Políticas de Habitação e Saneamento"; elaboração dos "Termos de Referência" e início de pesquisa sobre a "Infra-Estrutura Econômica Brasileira" (suas funções e desempenho no período 1967/77): participação na definição da política de preços mínimos para a safra de 1977/78; elaboração do documento "Projeções dos Principais Produtos Agrícolas para o Período de 1978/1985"; análise do projeto de compra antecipada para produtores de baixa renda; elaboração dos estudos sobre o "Projeto de Pesquisas Voltadas para as Populações Urbanas e Rurais de Baixa Renda" e "Necessidade de Treinamento de Tratoristas: Região do POLOCENTRO"; realização de estudos para determinação de metodologia adequada à análise das tendências de produção de área, produtividade e preços agrícolas; realização de estudos sobre índices de produtividade

para o subsetor lavouras do Brasil para os anos 1950/60 e 1966/76 e para as regiões fisiográficas no período 1974/76; realização de estudos para a construção de duas séries do valor bruto da produção das principais lavouras; realização de estudos, em colaboração com o Ministério da Agricultura, sobre as potencialidades de oferta de produtos agrícolas (uso atual e potencial dos recursos naturais) e de produtos agrícolas não-tradicionais (com base nos estudos de uso potencial dos recursos naturais) e sobre a demanda de produtos agrícolas – interna e externa – desagregada em produtos alimentares, matérias-primas e rações; e estudo sobre a "Indústria Nacional de Rações Balanceadas" (Convênio IPEA/ Sindicato da Indústria de Rações Balanceadas do Estado de São Paulo).

#### Centro Nacional de Recursos Humanos – CNRH

Elaboração e atualização de indicadores sociais; elaboração dos estudos: "Defesa do Consumidor" (Convênio IPEA/ Fundação João Pinheiro), "Política Social no Brasil", "Política Social e Política Educacional", "Política Social do II PND", "Emergência do

Planejamento Social no Brasil",  
"Planejamento e Política Social  
no Brasil", "Qualidade ou  
Quantidade de Vida?" e  
"Redistribuição da Renda e  
Política Social para o II PND";  
realização de estudos específicos  
para fornecer subsídios à  
formulação de políticas e de  
programas na área social:  
"Distribuição Funcional da  
Renda na Indústria de  
Transformação", "Absorção de  
Mão-de-Obra nos Mercados  
Formal e Informal",  
"Política Salarial dos Governos  
após 1964" (todos resultantes  
do Convênio IPEA-FIPE/USP-  
Ministério do Trabalho),  
"Emprego e Mudança Sócio-  
Econômica no Nordeste"  
(Convênio IPEA/Museu  
Nacional/UFRJ-IBGE, em fase  
final de elaboração), "Distribuição  
Pessoal da Renda"  
(Convênio IPEA-FGV,  
em fase final de  
elaboração), "Análise do  
Processo Migratório" (em  
conjunto com o Projeto BRA –  
70-550), "Comportamento das  
Empresas na Absorção" e  
"Condições de Trabalho  
e Mobilidade Interna da  
Mão-de-Obra" (com assistência  
técnica do Projeto BRA –  
70-550); estudos sobre:  
"Estrutura Salarial e

Ocupacional" (com assistência  
técnica da FIPE/USP), "Clientela  
dos Exames de Suplência",  
"Ensino por Correspondência"  
(Convênio IPEA/ECIEL),  
"Emprego Rural no Nordeste"  
(composto de seis relatórios)  
e "Coordenação da Capacitação  
para o Trabalho com a  
Educação Formal".

Em 1977, o Instituto de Pesquisas deu maior ênfase aos estudos orientados para a série Documentos de Política Econômica. Ainda assim, concluiu seis dos 14 projetos de pesquisas programados para aquele ano, editou seis livros e quatro números de publicações periódicas.

O resultado obtido – seis pesquisas concluídas – não andou longe da média observada nos anos anteriores, uma vez que o INPES está dimensionado para executar 10 pesquisas por ano, empregando para isso 30 técnicos. Na realidade, as pesquisas não terminadas em 1977 não comprometem o cronograma geral de execução estabelecido de início e – com segurança – pode-se afirmar, após um balanço final do estado desses projetos, que a prioridade atribuída aos documentos não redundou em maior sacrifício para o programa de pesquisas.

Os seis projetos incluídos em 1977 foram: “Estrutura das Importações Brasileiras” (publicado); “O Setor Público e o Desenvolvimento da Amazônia” (em fase de impressão); “Política Nacional de Saneamento Básico” (publicado); “Despesas Governamentais e Familiares em Educação” (relatório final em fase de discussão); “As Cidades Médias e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano” (relatório em fase de redação final); e “A Indústria Brasileira de Construção Civil” (relatório final em fase de discussão).

#### DOCUMENTOS DE POLÍTICA ECONÔMICA

Esta atividade concentrou o esforço da maior parte dos quadros técnicos do INPES, centralizando durante cerca de seis meses as atenções da equipe e absorvendo por completo os elementos mais experimentados do grupo de pesquisadores deste Instituto.

O produto desse esforço concentrado acha-se consubstanciado no DPE n.º 34, intitulado “Prioridades e Perspectivas da Economia Brasileira”. Este documento veio a lume em setembro de 1977 e foi distribuído em caráter estritamente confidencial.

Não parou aí, todavia, o esforço que resultou no referido documento. Este último representou apenas uma etapa, embora a principal, de um processo de análise que deverá ser complemento indispensável do anterior, cujo objetivo central consiste na avaliação dos instrumentos de política requeridos para implantar as recomendações e materializar as orientações propostas no tocante às "Prioridades e Perspectivas da Economia Brasileira". Para essa fase do trabalho, que se seguiu imediatamente à elaboração do DPE n.º 34, designou-se um grupo menor de técnicos, escolhidos dentre aqueles mais diretamente envolvidos com o estudo dos setores prioritários da economia.

#### **PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA PNPE**

O principal aspecto a destacar no tocante a este item refere-se ao estreitamento das relações entre Governo e Universidade e, no âmbito da SEPLAN, ao maior entrosamento entre os órgãos envolvidos com o financiamento e a execução de

pesquisas sócio-econômicas. O ano de 1977 assinalou o retorno do BNDE e da FINEP ao Programa, além do ingresso do IBGE e do CNPq, contribuindo dessa forma para conferir ao PNPE um caráter de maior representatividade.

É preciso observar que, tendo assumido apenas em fins de 1975 a coordenação do Programa, só em 1977 o INPES foi capaz de completar a fase de integração e familiarização com as demais entidades participantes do PNPE de modo a promover a necessária redefinição do escopo e das características dessa iniciativa de cooperação técnico-científica.

Em 1977, foram concluídas as seguintes pesquisas, executadas, mediante convênio, sob a égide do PNPE e a supervisão do INPES: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)/ Universidade Federal do Pará — O Papel das Instituições e o Modelo Alternativo de Colonização — A Experiência da Faixa da Belém—Brasília; Curso de Mestrado em Economia (CAEN)/Universidade Federal do Ceará — A Sistemática do ICM no Estado do Ceará; Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (PIMES)/ Universidade Federal de

**Pernambuco — Emprego.  
Produtividade e Renda Rural;  
e Fundação Instituto de  
Pesquisas Econômicas (FIPE)/  
Universidade de São Paulo —  
Difusão Tecnológica nas  
Indústrias de Calçados e Têxtil  
de Algodão; Preço da Terra e  
Mercados Financeiros; Política  
Econômica e Ajustamento de  
Preços numa Economia Aberta.**

**INOR**

O Instituto de Programação e Orçamento — INOR tem como tarefa principal assessorar a Secretaria de Orçamento e Finanças, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, na regulamentação das normas gerais de Direito Financeiro relativas à elaboração e controle dos Orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Procurando o aperfeiçoamento dos processos, padrões e sistemas orçamentários, bem como a sua integração, tem uma atividade variada que vai, por exemplo, desde a participação em Cursos de Planejamento do Setor Público à elaboração do Orçamento Plurianual de Investimentos para o período 1978/80, ao mesmo tempo em que dá apoio à elaboração das propostas de orçamento de várias Unidades da Federação.

O INOR desenvolveu as seguintes atividades no exercício de 1977:

- Participação nos Cursos de Planejamento do Setor Público promovidos pelo IPEA e Estado-Maior do Exército, através de Convênio com o CENDEC, e pelos Estados do Piauí, Alagoas, Sergipe e Santa Catarina.

- Implantação e consolidação do Sistema Gerencial de Acompanhamento Físico e Financeiro — GRAFF, cuja aplicação aos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, excetuado o POLONORDESTE, tornou-se obrigatória através da Portaria n.º 43, de 10-05-77, do Senhor Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento. Para a implantação do GRAFF foram treinados 297 técnicos ligados aos Programas Especiais e 129 técnicos de diversos Órgãos Federais e Secretarias Estaduais de Planejamento. Atualmente eleva-se a 651 o número dos Projetos acompanhados pelo GRAFF, situados nas áreas do POLAMAZÔNIA (SUDAM), PRODEPAN, POLAMAZÔNIA (SUDECO), PRODOPAR, PRODEGRAN e Região Geoeconômica de Brasília.

- Colaboração com a SEPLAN no lançamento da Pesquisa Nacional sobre Orçamento-Programa, que tem em vista avaliar a técnica orçamentária em uso no Brasil e já com 10 anos de aplicação. A pesquisa cobrirá cerca de 1.400 municípios, devendo ser entrevistadas 759 Prefeituras

Municipais sob os seguintes aspectos: Planejamento, Orçamento, Organização Administrativa, relacionamento com outras esferas de Governo, situação de Cadastros e Legislação Municipal e Relatório de Análise Financeira.

- Realização do VI Seminário Interamericano de Orçamento Público.
- Preparação do IV Seminário Nacional de Orçamento Público a realizar-se em Porto Alegre.
- Elaboração do Orçamento Plurianual de Investimentos para o período 1978/80.
- Prosseguimento de estudos visando a modernizar a Lei n.º 4.320, que dispõe sobre os Orçamentos da Administração Pública.
- Preparação de documentos no campo das Finanças Públicas, especialmente nas áreas da Receita e da Despesa Públicas.
- Estabelecimento de bases para a elaboração das propostas orçamentárias e de estudos para a fixação de parâmetros básicos para estimativa das Receitas.

- Elaboração de instruções para a proposta orçamentária anual e plurianual de investimentos.

- Análise e compatibilização das propostas setoriais e elaboração de Projeto de Lei Orçamentária Anual.

- Análise e aprovação dos Orçamentos de Administração Indireta.

- Análise e emissão de pareceres sobre matéria orçamentária e financeira, principalmente sobre abertura de créditos adicionais ao Orçamento da União.

- Acompanhamento e análise das despesas de pessoal das Administrações Direta e Indireta.

- Análise e emissão de pareceres relativos à implantação do Plano de Classificação de Cargos, quanto ao aspecto orçamentário.



• Preparação do Cadastro descritivo de projetos e atividades para o período 1978/80.

• Apoio à elaboração das propostas de orçamento das seguintes Unidades da Federação: Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe, Alagoas e Distrito Federal.

• Desenvolvimento do sistema de processamento de dados, tendo em vista o acoplamento de informações relativas ao acompanhamento físico e financeiro de projetos.

• Avaliação de procedimentos a nível da equipe técnica do INOR, com os objetivos de: a) aferir críticas e sugestões para aprimorar o Programa Anual de Trabalho para 1978; b) avaliar os eventos excepcionais do processo ou que tenham se ajustado ao previsto, interferindo no andamento normal dos trabalhos da equipe; c) propor providências

a serem adotadas pelo INOR para prevenir o efeito retardado de eventos externos, de forma a assegurar o desenvolvimento normal dos trabalhos internos; e d) propor medidas a serem adotadas para plena utilização do terminal de processamento de dados, evitando deslocamentos de equipes.

Na primeira linha de prioridades do CENDEC está a formação de especialistas na área de projetos, em função das necessidades do processo de planejamento do desenvolvimento nacional.

Em 1977, o CENDEC realizou sete cursos para 276 técnicos em 3.817 horas-aula. Isto não impediu que, paralelamente, o CENDEC cooperasse com outros órgãos e instituições na assessoria e organização de cursos e seminários.

De fato, a atuação do CENDEC tem sido a mais ampla possível. Assim, enquanto realizava, por exemplo, o II Curso Regional de Projetos Agrícolas ou o II Curso Regional de Programas e Projetos de Educação, em convênio com o Ministério das Relações Exteriores, o CENDEC era responsável pela fase de treinamento intensivo durante quatro meses e meio — 530 horas-aula — de 32 técnicos participantes do III Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial. Na segunda fase deste curso, criado com o intuito de impulsionar as vendas do Brasil para outros países, estes técnicos farão estágio de dois anos em 31 representações diplomáticas no exterior.

Cumprindo o seu Programa o CENDEC desenvolveu, em 1977, as seguintes atividades:

## VI CURSO DE ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS

Destinado a técnicos de nível universitário que atuam em órgãos públicos e exercem funções de decisão e/ou assessoramento para a elaboração, análise, acompanhamento e avaliação de projetos.

Foi ministrado em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, compreendendo 737 horas de atividades, tendo sido treinados 39 técnicos, assim distribuídos segundo a procedência institucional:

Ministérios e SEPLAN-PR	9
Empresas, Fundações e Autarquias vinculadas ao Governo Federal	13
Bancos Oficiais Federais	5
Secretarias Estaduais	4
Empresas, Fundações e Autarquias vinculadas a Governos Estaduais	6
Bancos Oficiais Estaduais	2
Total	39

distribuídos segundo o país  
de origem :

Brasil	16
Chile	2
Colômbia	2
Argentina	1
Bolívia	1
El Salvador	1
Equador	1
Nicarágua	1
Peru	1
Uruguai	1
Venezuela	1
Total	28

**PROGRAMA CONJUNTO  
CENDEC-IPEA/  
IDE-BANCO MUNDIAL**

Dando prosseguimento ao programa conjunto de treinamento em problemas relativos a projetos prioritários para o processo de desenvolvimento iniciado em 1973, destinado a técnicos de nível *senior* pertencentes a instituições públicas de países ibéricos, americanos e africanos, de língua portuguesa e espanhola, envolvidos na problemática de projetos de interesse governamental, o CENDEC realizou, em 1977, os seguintes cursos:

**II Curso Regional de Projetos  
Agrícolas**

Ministrado em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, com 222 horas de atividades. Participaram do mesmo 28 técnicos, assim

**II Curso Regional  
de Programas e  
Projetos de Educação**

Ministrado em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, com 225 horas de atividades e a participação de 27 técnicos, assim distribuídos segundo o país de origem:

Brasil	15
Chile	2
Colômbia	2
Costa Rica	1
El Salvador	1
Guatemala	1
México	1
Paraguai	1
Peru	1
Portugal	1
República Dominicana	1
Total	27

**PROGRAMA CONJUNTO  
CENDEC-IPEA/  
ILPES-CEPAL/PNUD/ONU**

Dentro desse programa o CENDEC realizou, em 1977, o III Curso de Planejamento do Desenvolvimento Regional, com o objetivo de proporcionar treinamento a técnicos de nível universitário que atuam em órgãos públicos e exercem funções de decisão e/ou assessoramento para a formulação de planos e políticas regionais.

Ministrado em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, compreendeu 721 horas de atividades, tendo sido treinados 27 técnicos, assim distribuídos segundo a procedência institucional:

Empresas, Fundações e Autarquias vinculadas ao Governo Federal	8
Bancos Oficiais Federais	7
Secretarias Estaduais	4
Empresas, Fundações e Autarquias vinculadas a Governos Estaduais	8
Total	27

**CONVÊNIO CENDEC-IPEA/  
DPR-MINISTÉRIO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES**

Em função deste convênio, o CENDEC vem participando de

um programa conjunto de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial, dividido em ciclos denominados CITRE, com o objetivo de formar recursos humanos na área de promoção comercial e estabelecer cooperação técnica mais estreita e proveitosa entre os setores público e privado no campo do comércio exterior.

**PROGRAMA CONJUNTO  
CENDEC/INOR**

Prosseguindo neste programa, o CENDEC realizou o II Curso de Planejamento Governamental, destinado a técnicos de nível universitário que atuam em ministérios, órgãos públicos federais e secretarias estaduais, exercendo funções de decisão e/ou assessoramento na área de planejamento e programação orçamentária, e tendo como objetivo o treinamento integrado no campo do planejamento governamental, destacando-se o papel do orçamento e do projeto no processo de planejamento e suas relações com os demais instrumentos e políticas do setor governamental.

Neste curso, foi iniciada uma nova fase de cooperação internacional, com a presença de dois funcionários do governo mexicano.

O curso foi realizado em 553 horas de atividades, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, tendo sido treinados 30 participantes, assim distribuídos segundo a procedência institucional:

Ministérios, SEPLAN-PR e EMFA	9
Empresas, Fundações e Autarquias vinculadas ao Governo Federal	12
Bancos Oficiais Federais	3
Secretarias Estaduais	4
Governo do México	2
Total	30

#### PROGRAMA CONJUNTO CENDEC-IPEA/SAREM

Dentro deste programa concebido para treinar técnicos de nível superior vinculados a órgãos públicos estaduais, com o objetivo de prepará-los para o desempenho das atividades de planejamento e para enfrentar os problemas sócio-econômicos dos Estados brasileiros, levando em consideração as diferentes realidades regionais e o contexto nacional, o CENDEC realizou o VIII Curso de Planejamento a Nível Estadual, em Maceió-AL.

Este curso, extensivo a todos os Estados da região Nordeste e ao Estado do Espírito Santo, foi ministrado em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, compreendendo 642 horas de atividades. Concluíram o curso 26 participantes, assim distribuídos segundo o Estado de origem:

Alagoas	12
Bahia	3
Amazonas	2
Paraíba	2
Piauí	2
Ceará	1
Espírito Santo	1
Pará	1
Pernambuco	1
Sergipe	1
Total	26

#### OUTRAS ATIVIDADES

Ao lado de seu programa de cursos, o CENDEC cooperou com diversas instituições, assessorando-as na concepção e organização de cursos e participando na sua execução. Fez-se também presente em diversos encontros e seminários.

As instituições com as quais cooperou tecnicamente foram, entre outras:

## ASSESSORIA DE RECURSOS HUMANOS

A Assessoria de Recursos Humanos tem desenvolvido significativo papel junto à Presidência do IPEA, no estabelecimento de políticas de administração e desenvolvimento dos recursos humanos da entidade.

Respondendo pelo desenvolvimento dos processos de recrutamento e seleção, padronização de normas, procedimentos, programas e critérios aplicáveis aos recursos humanos, ou realizando levantamentos e pesquisas para manter adequadamente habilitados e motivados os servidores do IPEA, não foram poucas as vezes, no entanto, em que teve de desdobrar-se para, através de outros órgãos da entidade, prestar serviços a vários Governos Estaduais.

Dessa forma, pode-se dizer que em 1977 a ARH concentrou seus esforços não apenas em projetos, programas e atividades que favorecessem o desempenho interno da Organização, mas também na intensificação de

a) *No Brasil* — Ministério das Relações Exteriores; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos — NAEA, da UFFa; Banco do Nordeste do Brasil; Centro de Estudos do Pessoal, do Ministério do Exército; Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE; Instituto de Programação e Orçamento — INOR, do IPEA; Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão; Universidade Federal de Sergipe; e Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco — CONDEPE.

b) *No exterior* — Divisão para a América Latina do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD; Instituto do Desenvolvimento Econômico — IDE, do Banco Mundial; Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social — ILPES; e Comissão Econômica para a América Latina — CEPAL.

cooperação técnica com outras unidades da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

As atividades desenvolvidas pela ARH em 1977 vêm resumidas a seguir :

Executou trabalhos em conjunto com Unidades deste Instituto e da SEPLAN-PR, quer na elaboração como na aplicação de metodologias para Diagnóstico e Avaliação de Situações, Unidades ou Sistemas. Para a execução destes trabalhos deve-se ressaltar a formação de equipes coesas UNIDADE/ARH, atuando basicamente num enfoque sócio-técnico; com a incorporação do SRST — Serviço de Recrutamento, Seleção e Treinamento — a ARH ampliou seu campo de atuação também na área administrativa, tendo atendido, no total, a 1.539 candidatos nos processos de recrutamento e seleção e 136 para os programas de treinamento; o Cadastro de Recursos Humanos passou à 2.<sup>a</sup> fase de seu desenvolvimento, iniciando a incorporação de currículos dos técnicos das entidades vinculadas; o II Encontro

Nacional de Gerentes de Recursos Humanos reuniu 136 especialistas de empresas públicas e privadas para uma troca de experiências concretas no que se refere à Administração de Recursos Humanos. Por ocasião do Encontro foi formada uma Comissão Consultiva, composta de técnicos de recursos humanos, representantes de empresas de renome, com a finalidade de assegurar o aprimoramento contínuo das trocas de experiências durante os próximos Encontros. Além de promotora do Encontro, a ARH foi atribuído o papel de Coordenadora dos trabalhos da Comissão; em cumprimento à sua atribuição de padronização de normas, procedimentos, critérios e programas, elaborou o “Manual de Cargos” e o “Manual Profissiográfico”, dando ênfase às peculiaridades de cada setor, ambos em fase de revisão final.

## SERVIÇO EDITORIAL

O Serviço Editorial completou seis anos de atividade em 1977, procurando desenvolver uma intensa campanha de divulgação das publicações do IPEA. Como resultado teve um acréscimo de 70,4% em termos de venda líquida, em comparação com o ano anterior.

Para conseguir este aumento, o Serviço Editorial utilizou-se de veículos normais de propaganda e da instalação, em agosto, de um posto de vendas na sede do órgão em Brasília. Paralelamente, verificou-se maior conscientização dos servidores do órgão em termos do atingimento de melhores níveis de conhecimento profissional, o que se procurou alcançar através de um curso patrocinado pela Assessoria de Recursos Humanos e de reuniões quinzenais com palestras e debates sobre temas de interesse comum.

Em 1977, registraram-se as seguintes publicações, abrangendo oito livros das várias séries e 17 periódicos (Pesquisa e Planejamento Econômico — 3 números;

*Brazilian Economic Studies* — 1 número; *Boletim Econômico* — 1 número; e *Boletim Informativo* — 12 números), assim como a edição de 34 folhetos e avulsos:

### LIVROS

*Coleção Relatórios de Pesquisa Ciclos Econômicos e Indicadores de Atividade no Brasil* — *Claudio Roberto Contador* (R. 35)

*Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52)* — *Pedro S. Malan, Regis Bonelli, Marcelo de P. Abreu e José Eduardo de C. Pereira* (R. 36)

*Abastecimento de Água à População Urbana: Uma Avaliação do PLANASA* — *Wanderly J. Manso de Almeida* (R. 37)

*Política e Estrutura das Importações Brasileiras* — *Carlos von Doellinger, Leonardo C. Cavalcanti e Flávio Castelo Branco* (R. 38)



**Série Pensamento Econômico  
Brasileiro**

Notas Estatísticas sobre  
a Produção Agrícola e  
Carestia dos Gêneros  
Alimentícios no Império do  
Brasil — *Sebastião Ferreira  
Soares* (PEB. 2)

A Controvérsia do Planejamento  
na Economia Brasileira —  
*Roberto C. Simonsen e Eugênio  
Gudin* (PEB. 3)

**Série Estudos para o  
Planejamento**

Desenvolvimento Regional no  
Brasil — *Roberto Cavalcanti  
de Albuquerque e Clóvis de  
Vasconcelos Cavalcanti* (EP. 16)

Classificação da Mão-de-Obra  
no Setor Primário — *Equipe  
do CNRH* (EP. 17)

**PERIÓDICOS**

Brazilian Economic Studies  
n.º 3 — Government  
Policy and the Economic  
Growth of Brazil, 1889-1945 —  
*Annibal V. Villela e W. Suzigan*  
Pesquisa e Planejamento  
Econômico — vol. 7,  
n.ºs 1, 2 e 3, correspondendo,  
respectivamente, aos meses  
de abril, agosto e dezembro de  
1977

Boletim Econômico (suspensão)  
— 1 número  
Boletim Informativo  
— 12 números

**OUTRAS EDIÇÕES**

Folhetos e avulsos —  
34 números

**Coordenação**

A F. Villar de Queiroz

**Programação Visual**

Mario Duarte/Nelson Cruz

**Revisão**

Serviço Editorial - IPEA

**Composição e Impressão**

IBGE

